

CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HELOISA BROGNOLO

Espaço, território e dominação colonial no conflito Israel-Palestina

**CURITIBA
2023**

HELOISA BROGNOLO

Espaço, território e dominação colonial no conflito Israel-Palestina

Monografia
apresentada ao Centro Universitário
Curitiba - UNICURITIBA como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Andrew Patrick Traumann

**CURITIBA
2023**

HELOISA BROGNOLO

Espaço, território e dominação colonial no conflito Israel-Palestina

Monografia
apresentada ao Centro Universitário
Curitiba - UNICURITIBA como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Andrew Patrick Traumann

Aprovado em: 04/12/2023.

Nota: 8,5.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Andrew Patrick Traumann
UNICURITIBA

Prof. Membro da Banca Rafael Gallo
UNICURITIBA

SUMÁRIO

1. RESUMO	5
2. ABSTRACT	6
3. INTRODUÇÃO	7
4. CAPÍTULO I: UMA BREVE HISTÓRIA DA PALESTINA	8
4.1 A QUEDA DO DOMINIO OTOMANO E O IMPERIALISMO OCIDENTAL	9
4.2 A INSTABILIDADE ECONÔMICA NA EUROPA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	10
4.3 A DECLARAÇÃO BALFOUR E A PROMESSA DE UMA PÁTRIA JUDAICA	12
4.4 A ORIGEM DA INFLUÊNCIA JUDAICA E O LOBBY DE ISRAEL NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA	15
4.5 O MITO DO EXILIO JUDEU E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	18
4.6 A GRANDE NAKBA	22
5. CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PALESTINA	25
5.1 A IDENTIDADE NACIONAL PALESTINA E A CRIAÇÃO DA OLP	25
5.2 ESPAÇO, TERRITORIALIDADE E A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS	27
5.3 O DIREITO CIVIL ISRAELENSE E A EXPATRIAÇÃO PALESTINA	29
6. CAPÍTULO III: ACORDOS DE PAZ DE CAMP DAVID E O ABANDONO PROGRESSIVO ÁRABE	33
6.1 ARAFAT E SUA IMPORTÂNCIA NOS ACORDOS DE OSLO	36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. RESUMO

O conflito Israel-Palestina tem sua origem após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com o fim da guerra, os atores internacionais vencedores que incluíam Reino Unido, França, Estados Unidos e URSS apoiam a Resolução 181 criada pelas Nações Unidas, recomendando a partilha do território da Palestina entre árabes e judeus. Na tentativa de compensação dos danos do holocausto a um povo, as Nações Unidas aclamaram um posicionamento Imperialista, desconsiderando a história do povo palestino e o direito à sua autodeterminação, causando mais de 1,5 milhões de refugiados ao redor do mundo. Essa dissertação irá discorrer brevemente a respeito de uma história ignorada, de sua ancestralidade e territorialidade marcada por episódios imperialistas do Império Otomano e Ocidental e posteriormente abordaremos um progressivo abandono por parte dos países árabes como Egito e Síria, que por sua vez, possuíam interesse territoriais nas regiões de Gaza e Cisjordânia. Os palestinos encontraram em seu líder Arafat e na criação da OLP – Organização para a Liberdade Palestina, uma forma de reafirmar sua identidade nacional e sua resistência, permanecendo na luta do reconhecimento como Estado independente.

O abandono progressivo dos países árabes em relação aos palestinos e a influência do poder militar dos Estados Unidos sobre Israel impacta profundamente a viabilização da libertação palestina.

É válido salientar que o presente trabalho não exclui o direito do povo judeu de ter uma pátria e ter seus direitos humanos reconhecidos e devidamente resguardados, o presente trabalho possui enfoque especificamente no território da palestina e nas violações que ocorrem de ambos os lados desde a criação do Estado de Israel no pós-guerra.

Palavras chaves: espaço; território; Imperialismo; autodeterminação palestina; Estado; Israel; Palestina; identidade nacional; refugiados; apartheid, dinâmica de poder.

2. ABSTRACT

The Israel-Palestine conflict has its origins after the end of the Second World War. With the end of the war, the winning international actors that included the United Kingdom, France, the United States and the USSR supported Resolution 181 created by the United Nations, recommending the division of the territory of Palestine between Arabs and Jews. In an attempt to compensate for the damage caused by the Holocaust to a people, the United Nations acclaimed an Imperialist position, disregarding the history of the Palestinian people and the right to self-determination, causing more than 1.5 million refugees around the world. This dissertation will briefly discuss an ignored history, its ancestry and territoriality marked by imperialist episodes of the Ottoman and Western Empire and later we will address a progressive abandonment by Arab countries such as Egypt and Syria, which in turn, had territorial interests in the Gaza and West Bank regions. The Palestinians found their leader Arafat and in the creation of the PLO – Palestinian Freedom Organization, a way of reaffirming their national identity and resistance, remaining in the fight for recognition as an Independent State.

The progressive abandonment of Arab countries about the Palestinians and the influence of the military power of the United States over Israel has a profound impact on the viability of Palestinian liberation.

It is worth noting that this work does not exclude the right of the Jewish people to have a homeland and have their human rights recognized and duly protected. This work focuses specifically on the territory of Palestine and the visible areas that occur on both sides since the creation of the post-war State of Israel.

Keywords: space; territory; Imperialism; Palestinian self-determination; State; Israel; Palestine; national identity; refugees; apartheid, power dynamics.

3. INTRODUÇÃO

Ao analisar as causas do conflito entre Israel e Palestina, é primordial compreender os efeitos do Imperialismo Britânico sobre a instabilidade entre esses dois países. Este trabalho tem como objetivo, observar a história e analisar a criação do Estado de Israel como um ato imperialista e autoritário.

Ao decorrer desta monografia, se pode analisar a origem do nacionalismo israelense como reação à crise da economia liberal na Europa. O crescimento de movimentos nacionalistas na Europa, faz com que o nacionalismo se torne base para a identidade do Estado.

Mais tarde, há o reconhecimento da autodeterminação do povo judeu com a Declaração de Balfour em 1917. A declaração foi um marco para o conflito Israel-Palestina, logo que uma potência europeia (o Império Britânico), prometia uma terra não europeia (no caso o território da Palestina), para vir a se tornar um Estado Nação judaico.

Por outro lado, analisando a trajetória do ressentimento árabe, a Batalha de Viena em 1863, pode ser considerada um marco para a insegurança e instabilidade política nos povos árabes, devido à queda do Império Otomano e determinando a hegemonia política dos Habsburgo na Europa.

Dado o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, é criado o Estado de Israel no âmbito da ONU, através da justificativa do Exílio Judeu, o que gera revolta dos países árabes e a Guerra da Palestina.

Em meados de 1967, os conflitos árabes-israelenses haviam se intensificado, o que ocasionou a Guerra dos 6 dias, um conflito em que os EUA se posicionaram a favor de Israel e alguns países árabes (Egito, Jordânia, Síria, Kuwait, Argélia Sudão e Arábia Saudita) se posicionaram a favor da Palestina. A guerra foi favorável para Israel, no qual saiu como vencedor da guerra. Como resultado do conflito, houve um aumento significativo de refugiados palestinos para outras regiões do Oriente Médio. Nos anos subsequentes, o ataque terrorista de 11 de setembro somente intensificou a islamofobia e alavancou o conflito árabe-israelense, dando margem para os israelenses utilizarem como parte de sua estratégia política de defesa, uma resposta ao “terrorismo” e proteger assim seu Estado Nação de quaisquer ameaça.

A metodologia utilizada para a formulação desta monografia será a dialética e o materialismo histórico, também terá como material de análise dados estatísticos de instituições internacionais.

4. CAPÍTULO I: UMA BREVE HISTÓRIA DA PALESTINA

O território que conhecemos atualmente pelo Estado de Israel possui uma trajetória muito antiga. Segundo o artigo do professor Nabih Amin Fari e o professor Arnold Hugh Martin Jones da Universidade de Cambridge, em 1929 o arqueólogo britânico Dorothy Garrod apresentou materiais extraídos de sua pesquisa em campo, que comprovam a existência de habitação no território palestino desde a Idade da Pedra e do Cobre.

Por volta do terceiro milênio, o Egito exercia controle na região que era caracterizada por diversas tribos, que viviam de diferentes formas organizacionais, algumas possuíam o pastoril como trabalho outras a agricultura. Há registros de que os israelitas chegaram na região por volta do final da Idade do Bronze, fixando-se a leste do Rio Jordão e a oeste do território palestino, logo, próximo a bacia do Egeu estavam fixados os Filisteus que muitas vezes serviam ao Egito e seus faraós como tropas mercenárias.

O domínio romano se instala na região por volta de 40 AC e se consolida por volta de 132 DC com o Imperador Adriano. Esse período foi marcado por demasiado caos, devido a proibição da circuncisão entre judeus e na queima de 1000 aldeias e meio milhão de judeus assassinados. O território passou por uma transformação, antes chamado de Judéia, agora seria Síria-Palestina.

Analisando um pouco adiante no século IV, o território palestino já cristianizado, havia sido dividido em 3 partes: Bete-Seã, Cesaréia e Petra. É especificamente durante este período que a palestina é transformada em um local de ortodoxia e centro do cristianismo no mundo. Essa paz dura somente até 611 quando a Pérsia invade o território dando início aos primeiros conflitos entre Roma e Oriente Médio que mais tarde se consolidaria no período das Cruzadas em 1095. Após a instauração do Império Persa comandado por Saladino, muitos voltaram a ser muçulmanos na Palestina. O território sofreu diversas tentativas de recuperação por parte dos cristãos e mongóis, porém sem sucesso. A partir do ano 1290 aproximadamente, o domínio persa se consolida de fato e permanece por mais de 600 anos controlando a região.

4.1 A QUEDA DO DOMINIO OTOMANO E O IMPERIALISMO OCIDENTAL

O Imperialismo britânico no século XIX e XX, estimulado pela Segunda Revolução Industrial, fez da política externa britânica (e europeia de modo geral) uma política exploratória a outros países, buscando a legitimidade do modelo econômico que havia sido instaurado: o capitalismo ou o liberalismo econômico (HOBSBAWN, 2009). A conquista de novos territórios na América, África e Oriente Médio acabava por fortalecer, o controle marítimo das rotas de navegação, no qual era o principal modo de transporte das mercadorias comercializadas pelo Império na época.

Além da exploração imperialista de insumos e matérias primas, era preciso criar mercados consumidores para expandir a demanda e assim equilibrar o comércio dos produtos industriais produzidos pelas metrópoles europeias (HOBSBAWN, 2009).

A expressão ideológica do nacionalismo, base da argumentação imperialista, era embasada no darwinismo social, ou seja, a ideia de que as nações fortes e industrializadas deveriam continuar a explorar os países africanos, asiáticos e orientais, pois estes eram considerados menos capazes de acordo com sua etnia. Sendo assim, os evolucionistas justificavam sua exploração “sem lei das espécies menores”, pelas raças europeias (PERRY, 2002). Essa associação e discurso passou a diferenciar premissas básicas da designação do que seria um país civilizado e do que seria um desenvolvido (SAID, 1990).

O nacionalismo emerge como uma forma de política de massas em resposta a ascensão dos partidos da classe trabalhadora, que protestavam contra a Revolução Industrial. No entanto, o fortalecimento do sentimento nacionalista pela Europa, teria consequências severas no século XX, principalmente para a comunidade judaica.

O contexto europeu nesse período era de centralização econômica nas metrópoles, que resultaram em um aumento da migração populacional da área rural para as cidades. Esse movimento levou à disparidade econômica e social da população na Europa, fortalecendo a divisão de classes sociais e dando início a divisão internacional do trabalho. Com isso, houve uma determinação dos países que seriam detentores ou produtores da tecnologia e da produção industrial, assim como do desenvolvimento socioeconômico, e do outro lado os países que seriam fornecedores

de matérias primas ou compradores dos bens produzidos pelos países industriais (HOBSBAWN, 2009).

Nesse período, intensifica-se o movimento antissemita na Europa, devido à grande ocupação judaica nos países europeus, e sua participação ativa na disseminação do liberalismo econômico. A identificação da população judaica com o modelo liberal resulta em sua exclusão e na criação de muitos inimigos, como por exemplo os socialistas ateus, os artesãos e comerciantes pequenos na Prússia (Alemanha, Áustria), entre outros povos, que passam a identificá-los como ameaça à moralidade das famílias cristãs e patriarcais. O contexto da população judaica, residente na Alemanha, nesse período, era de emancipação cultural e política superior, em relação a maioria da população local alemã (HOBSBAWN, 2009).

Algumas famílias judaicas eram proprietárias de comércios, bancos ou lojas nesse período. A inimizade com os judeus era evidente, principalmente pelas classes trabalhadoras europeias. O conflito, inicialmente, foi caracterizado pela variável religiosa, tendo em vista que a maioria da população europeia ainda era cristã, mas principalmente pela variável ideológica do liberalismo, que estava interligada a imagem judaica, devido a sua grande acumulação de capital em muitas regiões. Evidentemente, esse status de riqueza e emancipação não se enquadrava por toda a Europa, como por exemplo, na região da Rússia Imperial, onde os judeus viviam em situação de extrema pobreza e perseguição pelos ortodoxos socialistas (HOBSBAWN, 2009).

4.2 A INSTABILIDADE ECONÔMICA NA EUROPA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Os anos que sucedem a 1870 são anos de instabilidade política na Europa, sendo uma consequência da unificação alemã, que foi incentivada pelo governo de Bismarck. O nacionalismo foi a saída encontrada para a problemática da unificação alemã e italiana, decorrente da diversidade linguística e intrarregional (PERRY, 2002).

O desenvolvimento acelerado do parque industrial alemão causou incômodo aos países vizinhos, tais como França, Grã-Bretanha e Rússia. Tal incômodo se estenderia até o ápice que resulta na Primeira Guerra Mundial, com o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando em 1914.

A crise na economia alemã por volta de 1917, ocasionada pela inflação elevada decorrente da impressão monetária sem controle a fim de financiar os custos com a guerra e os investimentos militares, agravou as relações entre a população alemã e os judeus residentes. Sendo assim, o imigrante judeu passou a ser visto com maus olhos para a classe trabalhadora local.

Analisando a trajetória do ressentimento árabe, a Batalha de Viena em 1863, pode ser considerada um marco para a insegurança e instabilidade política nos povos árabes, devido à queda do Império Otomano e determinando a hegemonia política dos Habsburgo na Europa.

O Tratado de Passarowitz, assinado em 1718 entre o Império Otomano e o Império Austríaco junto com a República de Veneza, foi um tratado de paz construído após muitas disputas territoriais pelas regiões de Creta, Peloponeso, Ilhas Jônicas, Dalmácia, Belgrado e Otênia. A disputa territorial trouxe como consequências para o Império Otomano, a perda de muitos soldados e a perda da região da Hungria e da Transilvânia. Em 1699, é instaurado o Tratado de Karlowitz, que marca o fim do Império Otomano e o início do Império Austríaco, que agora havia reconquistado seus territórios (HOBSBAWN, 2010).

Enquanto isso, os povos árabes permaneciam sob circunstâncias de submissão aos interesses econômicos europeus, que buscavam também a legitimação do status quo em suas conquistas territoriais. Surge nesse período, a condição de protetorado ao país dominado, que trazia a ideia de que o país dominado era protegido militarmente pelos países industriais. É com essa noção de troca, que a Grã-Bretanha consegue dominar o Egito e a Palestina após 1882, e que a França consegue dominar a Tunísia. Mais tarde, o Irã é dividido ao meio entre britânicos e russos, e sendo utilizado como demonstração de status quo de ambos os países (PERRY, 2002).

Dessa forma, surge nos povos árabes, um sentimento de revolta ao domínio europeu, que buscava a anulação da sua identidade religiosa, econômica e cultural, e os classificava como povos demasiados primitivos. (SAID, 1990). Por outro lado, os judeus se encontravam em uma situação complexa e antagônica, ao mesmo tempo que alguns possuíam boa situação financeira, os movimentos excludentes a eles haviam se intensificado pela Europa, trazendo à tona insegurança em termos de direitos fundamentais e de pertencimento a uma nação (PERRY, 2002).

4.3 A DECLARAÇÃO BALFOUR E A PROMESSA DE UMA PÁTRIA JUDAICA

A insegurança de direitos sobre a população judaica na Europa, fez com que em novembro de 1917, fosse escrita a Declaração Balfour como resultado de longas conversas diplomáticas e da pressão da burguesia judaica sobre os britânicos. A carta ou declaração basicamente se consistia em uma retratação da potência britânica para com os judeus na diáspora, reconhecendo a Palestina como seu território de origem (SAND, 2014). Foi assinada pelo secretário das relações exteriores Arthur James Balfour e pelo Barão Rothschild, líder da comunidade judaica no Reino Unido e membro de uma dinastia de banqueiros influentes na Europa, conhecida como uma das famílias capitalistas mais bem-sucedidas.

Há relatos de que um dos líderes sionistas, Chaim Weizmann, teria desenvolvido a acetona a partir de bactérias, e que tal elemento químico teria interessado o gabinete britânico para sua utilização na guerra (SAND, 2014). A troca de favores entre diplomatas judeus e britânicos favoreceu a escritura da Declaração.

O inusitado, era que ao mesmo tempo que havia o reconhecimento da autodeterminação de um povo, havia a exclusão da autodeterminação dos palestinos. Se consistia em um momento singular na história do direito internacional, pois até então, não se havia conhecimento de um país europeu prometendo o território de um terceiro (não europeu) para outro país.

Ao abordar o problema da autodeterminação, nos confrontamos com o cenário de que apenas 6% da população no território da Palestina era judaica, sendo a maioria (quase 90% de origem árabe), ou seja, quase 700 mil palestinos que teriam de aceitar sua própria expatriação, para financiar os investimentos imperialistas europeus (SAID, 1990).

A Declaração deu esperança a população judaica, de um pertencimento, ao mesmo tempo que causou impacto imediato nos países árabes. Enquanto isso, os britânicos tentavam legitimar sua ocupação no Egito através de discursos moralistas sobre o modo de vida árabe. O político e secretário das relações exteriores, James Balfour, enfatizava a questão da supremacia britânica e do dever ocidental de ajudar os países orientais a se desenvolverem e assim serem países civilizados. Porém, isso se tornou uma fonte de problemas tendo em vista que o nacionalismo egípcio começava a imergir, com a criação dos “oficiais livres”, e, portanto, as reivindicações levam mais

tarde a retirada das tropas britânicas do território egípcio. A ocupação do Egito não tinha objetivo somente colonial, mas simplesmente era a própria legitimação do imperialismo na região do Oriente Médio (SAID, 1990).

Podemos considerar algumas variáveis que determinaram o interesse da Grã-Bretanha em escrever a Declaração Balfour. A primeira premissa seria a aliança com uma região rica em petróleo e em recursos naturais. Por fim, a segunda premissa a ser considerada, é o controle sobre o canal de navegação e conseqüentemente o Canal de Suez, tendo em vista que tanto o Egito como Israel, possuem abertura para o mar e interligações com o mar mediterrâneo.

Em 1917, o território da Palestina pertencia ao governo britânico que por sua vez, através do Lorde Balfour, tornou público sua simpatia pelas aspirações de uma criação de um Estado judaico e enviou sua declaração ao Lorde Rothschild, dono da Rothschild & Co, uma instituição bancária de alto valor no Reino Unido, além disso Rothschild pertencia a uma família rica judaica de origem Ashkenazi.

2 de novembro de 1917

Querido Lorde Rothschild,

Tenho muito prazer em transmitir a você, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações sionistas judaicas que foi submetida e aprovada pelo Gabinete.

"O Governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e envidará seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo, sendo claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar as relações civis e religiosas direitos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país".

Eu ficaria grato se você levasse esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Com os melhores cumprimentos,

Arthur James Balfour

Disponível em:

https://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp>.

Observando a ligação entre Rothschild e Balfour com suas vidas pessoais, tanto pela crença, quanto pelo poder econômico e político que representavam na câmara dos lordes britânica, pode-se dizer, que a Declaração se tornou conveniente para estas famílias.

Alguns dados retirados pelo censo demográfico britânico¹ no território palestino em 1922, mostraram que aproximadamente 78% da população era muçulmana, 9,6% cristãos, 1% outros e 11% aproximadamente eram judeus. Desse 11% de judeus, há uma retórica de que um terço era imigrantes de judeus europeus que haviam chegado recentemente após o domínio britânico e a queda do Império Otomano. A Resolução das Nações Unidas concedeu apenas 45% da faixa de terra do Mandato da Palestina para seu 1,25 milhão de habitantes “nativos”, enquanto à população colonizadora foi alocada 55% da terra.

Pode se afirmar que houve um incentivo do governo britânico, após a Declaração, para a migração de povos judeus ao território palestino. Estima-se que entre 1922 e 1946 houve uma migração de 9% ao ano. Nos anos subsequentes, foram registrados em 1927 um aumento significativo de 28,7% e em 1934 de 25% aproximadamente.

O imperialismo sionista e britânico foi disfarçado pela Declaração Balfour, que utilizava seu discurso e status quo para legitimar tal dominação imperialista que violava direitos de outros povos. A movimentação política britânica parecia tentar adotar uma política de compensação, no qual se compensava violações a um povo com violações a outros povos, nesse caso em particular, era o povo palestino.

Além do incentivo a migração de judeus para o território palestino, a declaração britânica teve outra consequência significativa entre os povos. Em 1936 e 1939 ocorre a Grande Revolta Árabe no qual a população palestina se volta contra o mandato britânico e os colonos judeus residentes na região.

¹ As informações sobre o censo demográfico foram retiradas de Abu-Lughod, “The Demographic Transformation”, p. 141/2 152-3 e de Edward Said em “A questão da Palestina” p.20-21.

A crescente ocupação judaica somado a compra de terrenos palestinos por valores baratos incomodava a população árabe. O mandato britânico não possuía comunicação efetiva com os palestinos, ao contrário da boa relação política com a comunidade judaica. Esse cenário levou a um sentimento de não pertencimento por parte dos árabes, dando abertura a marginalização e exclusão da representatividade aos palestinos.

4.4 A ORIGEM DA INFLUÊNCIA JUDAICA E O LOBBY DE ISRAEL NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

A influência de Israel perante os Estados Unidos passa a ser o principal objeto de estudo, para compreender sua progressiva escalada como potência militar no Oriente Médio.

A Guerra dos Seis dias em 1967, foi um marco para o estreitamento das relações entre os países. Antes da guerra, os interesses nacionais norte-americanos eram voltados para uma aproximação do Oriente Médio, possuindo como principal fator a viabilização de recursos naturais como o petróleo, que iria fortalecer a indústria automotiva e de energia americana (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Os conflitos anteriores de Israel com os árabes tornavam a aproximação com Israel complicada, uma vez que os afastaria de diálogo com os árabes e os aproximaria da URSS. Na primeira Guerra do Golfo, os Estados Unidos não podiam considerar usar bases israelenses sem romper a coalizão anti-Iraque, e tiveram de desviar algumas baterias para evitar que Tel-Aviv fizesse algo que prejudicasse a aliança contra Saddam Hussein naquele momento.

Desde os conflitos de 1973, Israel tem sido o principal aliado da política norte-americana, recebendo apoio financeiro e balístico de aproximadamente US\$ 140 bilhões (contabilizados em 2004) (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Desde então, Israel recebe anualmente 3 bilhões de dólares como apoio dos Estados Unidos, sabe-se que até 1967 a França era o principal fornecedor de armas para Israel. Em troca, um dos principais benefícios parece ter sido o acesso a armas soviéticas capturadas e a dados relativos ao seu campo de batalha desempenho, assim como interrogatórios de judeus soviéticos que imigraram para Israel. Os Estados Unidos usaram essas informações para auxiliar no desenvolvimento e aprimoração de armas e estratégias que teriam sido valiosas para eles. Sabe-se que por volta de 1956, espiões israelenses conseguiram documentos oficiais do governo da União Soviética, assim como armas em posse de

iraquianos, e os forneceram aos Estados Unidos (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Conforme o livro *The Israel lobby and US foreign policy* de John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt, o Conselheiro de Segurança Nacional, W. Rostow disse ao presidente Kennedy Johnson:

"Não acreditamos que a apreciação israelense apresentada fosse uma estimativa séria do tipo que eles submeteriam aos seus próprios altos funcionários. Achamos que é provavelmente uma jogada destinada a influenciar os EUA a tomar uma ou mais das seguintes medidas:

- (a) fornecer apoio militar e suprimentos;
- (b) assumir mais compromissos públicos com Israel;
- (c) aprovar iniciativas militares israelenses e
- (d) colocar mais pressão sobre Nasser (no Egito)".

Com isso, podemos concluir que uma das expectativas dos Estados Unidos sobre Israel era pressionar o governo de Nasser no Egito, que podia prejudicar os interesses norte-americanos em petróleo na região, assim como afetar o acesso israelense ao canal marítimo.

O Lobby israelense criou seu próprio think tank em 1985 (são instituições que desempenham um papel de advocacy para políticas públicas), quando Martin Indyk ajudou a fundar o Winep. Apesar de tentar diminuir sua conexão com Israel, afirmando fornecer uma perspectiva "equilibrada e realista" sobre questões do Oriente Médio, o Winep é financiado por pessoas comprometidas com a promoção dos interesses de Israel. Outra justificativa para o apoio a ajuda a Israel é de que o país "sustenta a Pax Americana no Leste Mediterrâneo" e fornece uma "forma de baixo custo de manter a ordem em parte do Oriente (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Segundo o estrategista israelense Efraim Inbar: "o argumento para o apoio contínuo dos EUA a Israel como um importante aliado estratégico devido à sua localização estratégica e estabilidade política, bem como à sua tecnologia e ativos militares" (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Segundo a visão do autor do livro, se aliar a Israel pode ter rendido benefícios estratégicos no passado, mas os benefícios diminuiriam nos últimos anos, enquanto os custos diplomáticos aumentaram.

No início da criação do Estado de Israel em 1948, a posição do Presidente Truman de apoiar o plano de partição da ONU e de reconhecer Israel baseou-se na sua simpatia

genuína pelo sofrimento judaico, e não por uma estratégia nacional. É somente no governo de Nixon e Kissinger, que a visão norte-americana passa a ver o apoio a Israel como uma forma eficaz de combater a influência soviética em toda a região do Oriente Médio. A Guerra dos Seis ajuda enfraquece a reputação de Moscou e de seus aliados, que obtém fracasso ao enfrentar Israel, alterando no futuro o posicionamento do Egito, que rompe suas relações com a União Soviética para estreitar relações com Washington. Apoiar Israel a derrotar dois clientes soviéticos pode ter sido um desenvolvimento positivo em termos das preocupações mais amplas de Washington durante a Guerra Fria, porém, o estreitamento das relações Israel e Estados Unidos contribuíram para o aumento do antiamericanismo no mundo árabe.

A representação da Pax Americana no mundo árabe através de Israel falhou em alguns momentos, como a invasão do Líbano em 1982 que tornou a região instável e fortaleceu a criação do grupo radical Hezbollah, que mais tarde viria a realizar ataques terroristas contra à embaixada dos Estados Unidos (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Apesar dos benefícios da aliança com Israel durante a Guerra Fria, o apoio a Israel também levou os Estados Unidos a ignorarem várias oportunidades promissoras pela paz, sobretudo os repetidos sinais do Presidente Egípcio, Anwar Sadat, se tivessem o feito, teria impedido a Guerra em 1973.

O controle da informação nos Estados Unidos é uma das principais vias de controle do lobby israelense, alguns grupos pressionam determinados acadêmicos e até mesmo Universidades. Um dos alvos foi Edward Said quando fazia parte do corpo docente da Columbia. “Pode-se ter certeza de que qualquer declaração pública em apoio ao povo palestino feita pelo proeminente crítico literário Edward Said provoca centenas de e-mails, cartas e artigos jornalísticos que nos convocam a denunciar Said e a aplicar a ele sanções ou demiti-lo”, relatou Jonathan Cole, ex-superintendente de Columbia (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Existem tentativas de grupos do lobby israelense para forçar o Congresso norte-americano a estabelecer mecanismos para monitorar o que os professores dizem nas Universidades e as publicações em jornais. É importante observar também que a comunidade judaica criou uma espécie de síndrome do Holocausto, onde qualquer pessoa ou instituição que se colocasse como crítico ao posicionamento de Israel, seria automaticamente chamado de antisemita. Obviamente, ninguém deseja ser chamado por um crime tão grave na história, que inclusive se tornou um marco no julgamento do direito internacional, intitulado como crime contra a humanidade. Esse mecanismo teve como consequência a censura exacerbada, impedindo jornalistas, políticos e acadêmicos norte-americanos de se posicionarem em relação aos constantes ataques israelenses aos palestinos.

As forças pró-Israel no congresso americano certamente acreditam que estão a promover políticas que servem aos interesses de ambos os países. Para participar do lobby, é preciso trabalhar ativamente para mover a política externa americana numa direção pró-Israel, como o colunista Charles Krauthammer que escreve constantemente para defender e justificar o apoio dos EUA a Israel (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Algumas instituições que promovem o Lobby incluem o Congresso Judaico Americano, ZOA, o Fórum de Política de Israel (IPF), o Congresso Judaico Americano, a ADL, o Centro de Ação Religiosa do Judaísmo Reformista, Americanos por um Israel Seguro, Amigos Americanos do Likud, Mercaz-EUA entre diversos outros, a lista é enorme. Em 1992, o sociólogo Chaim I. Waxman relatou que se estimava a existência de mais de oitenta organizações pró Israel no país (MEARSHEIMER & WALT, 2007). Geralmente, o lobby em nome de Israel tendia a ocorrer nos bastidores e dependia de contatos pessoais entre funcionários governamentais influentes, especialmente o presidente. Por exemplo, o apoio de Woodrow Wilson à Declaração Balfour se deu em boa parte devido a contatos próximos, um deles era o juiz da Suprema Corte Louis D. Brandeis e o rabino Stephen Wise.

Portanto, podemos concluir através da visão dos autores John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt, que o Lobby de Israel exerce profunda influência no posicionamento dos Estados Unidos desde 1967, enfatizando seu papel como potência militar e dificultando um posicionamento efetivo pró palestina pela comunidade internacional, incluindo os países árabes.

4.5 O MITO DO EXILIO JUDEU E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

O processo de construção do Estado nacional moderno é complexo e envolve tanto o reconhecimento por parte da população local quanto o reconhecimento de outros Estados, de que existe uma autodeterminação, soberania e autoridade naquele local. A construção de uma identidade nacional é essencial para a consolidação dessa legitimação, pois é através deste que será justificado a conexão social, cultural, política e geográfica que irá sustentar a justificativa da criação do Estado, pois este, irá cumprir seus deveres de contrato social com sua população.

A justificativa argumentada pelos judeus para legitimar a criação do Estado em território palestino, foi a de retorno a um território no qual os judeus permaneceram fora por aproximadamente 1900 anos (SAND, 2014).

Muitas diásporas ocorreram ao decorrer da história judaica, sendo a principal a Diáspora Romana entre 75 d.c e 135 d.c, marcada pela Revolta de Bar Kokhba em 135 d.c no qual muitos judeus se dispersaram pela Europa, África e Asia, formando comunidades pequenas de resistência (SAND, 2014).

Esse mito histórico formativo possui como objetivo apagar o judaísmo como uma religião proselitista entre os séculos II a.c e VIII d.c e deletar a historiografia da origem real de muitos judeus, que foram convertidos ao judaísmo durante a história e, portanto, não possuíam uma raça ou etnia específica, mas simplesmente pertenciam a uma comunidade religiosa como qualquer outra (SAND, 2014).

Qualquer comunidade ou povo possui direito a pertencimento a um território, Estado e conseqüentemente seus direitos fundamentais e direitos humanos, o ponto a ser refletido é que nenhum povo teve concessão de Soberania de Estado por motivo religioso, com exceção de Israel. Dentro desse contexto, a comunidade judaica precisava de mais justificativas para legitimar sua existência em cima da anulação de um povo palestino que possuía todos os outros requisitos: história, etnia, cultura, idioma, tempo de habitação (mais de 2500 anos) e autodeterminação (SAND, 2014).

A argumentação do Exílio Judeu tenta justificar que os judeus foram expulsos do território e permaneceram com a mesma composição étnica no decorrer de 2000 anos e, teriam direito ao retorno a sua origem devido ao exílio. Essa argumentação alega que os judeus possuem direito a um lar no qual não habitaram por 2 milênios (SAND, 2014).

Em 1917, o colonialista Arthur James Balfour firmou um compromisso de prover um lar aos judeus através da Declaração Balfour. Não obstante, essa declaração é a segunda fonte legitimadora da criação do Estado de Israel, ficando atrás da fonte religiosa, a Bíblia. A ideia do “retorno” dos judeus ao seu lar em meio ao contexto pós nazismo, trouxe uma busca pela validação do Ocidente, principalmente a comunidade cristã protestante, que viria a se identificar com a reivindicação de um suposto direito histórico.

A dimensão territorial nos permite compreender melhor os conflitos e guerras que ocorreram na história. As aspirações territoriais são baseadas em um imperativo biológico, que moldam o comportamento do ser humano na defesa de seu lar segundo o antropólogo Robert Ardrey. O antropólogo conclui que espaço definido e consciência de fronteiras estão profundamente conectados na biologia e na evolução do ser humano. Analisando o mito do Exílio judeu nesse sentido, os conceitos de exílio e redenção, recompensa e punição, pecado ou penitência tinham raízes na Bíblia, mas receberam uma variedade de interpretações.

A história bíblica do exílio do povo judeu após a destruição do Templo emergiu então como um axioma histórico, a não ser pesquisado, tampouco questionado, mas a ser utilizado como um fato absoluto. A base bíblica, se tornou primordial para a comunidade judaica alegar que a maioria dos judeus modernos eram “racialmente” ou “eticamente” descendentes dos antigos hebreus, apesar de terem passado mais de 2 mil anos pois vários países europeus (SAND, 2014).

Como podemos então distinguir atualmente os judeus de Terra ou de religião, que foram convertidos com o tempo, como no Império Kazar no sul da Rússia, que entre o século V e X foi convertido ao judaísmo?

Em 1936, a comunidade judaica forneceu um documento aos ingleses, que defendia a conexão entre Judeus e a Palestina, este documento defendia a ideia de que era preciso voltar ao passado para compreender e analisar o texto de Genesis na Bíblia (SAND, 2014).

Enquanto Simon Dubnow trabalhava incansavelmente na afirmação da história judaica com Israel, alguns ativistas sionistas, como Israel Belkind, David Ben-Gurion, Yitzhak Ben-Zvi afirmavam que os atuais árabes na Palestina seriam descendentes dos judeus originários da Terra.

O historiador Ben-Zion Dinur, elaborou um documento afirmando que apesar da ocupação árabe desde 634 d.C, o povo judeu sempre manteve contato com a terra até meados de 1900 (SAND, 2014). Com isso, Dinur sustenta:

A ocupação não cria posse histórica. A posse de um ocupador da terra que ele conquista é válida apenas se o proprietário daquela terra está ausente e não se opõe ao roubo por um longo período de tempo. Mas, se o proprietário está presente em sua terra [...] marginalizado por centenas de anos, [isso] não diminui seus direitos, [mas] sim os intensifica.

Muitas documentações possuíam veracidade, mas boa parte dos estudos acerca da “Terra de Israel” resultaram em realizações empiricamente imperfeitas, comprometendo a objetividade da historiografia. A corrente revisionista judaica crê que a história é uma estrutura cronológica na qual nada de fundamental jamais muda assim como o direito à Israel.

Na opinião de outro historiador judeu Saul Friedländer, o direito judaico à terra é sui generis:

porque o povo judeu define-se como povo apenas por seus laços com a terra [...] Durante toda a sua existência na Diáspora, por quase dois mil anos, os judeus sentiram-se expulsos, dispersos, exilados de sua terra ancestral, para a qual ansiavam retornar. É uma história singular. Penso que um vínculo tão forte, um vínculo tão fundamental, dá a esse povo um direito a essa terra. Só os judeus colocaram um valor tão alto nela e a consideraram insubstituível, mesmo que por um tempo – e um tempo que durou séculos – tenham vivido em outros lugares.

O colonialismo judeu ainda que sustentado pela argumentação do “Exílio Judeu”, não se contentou com as linhas que delimitavam a terra sagrada, estendendo-se apenas de Acre a Ashkelon.

Sobre a delimitação territorial em 1918, segundo os autores David Ben-Gurion e Yitzhak Ben-Zvi (SAND, 2014), o território deveria ser dividido considerando essas afirmações bíblicas:

A oeste – o mar Mediterrâneo [...] Ao norte – o rio Litani, entre Tiro e Sídon [...] Ao sul – a linha de latitude que passa em diagonal de Rafiah a Aqaba [...] A leste – o deserto da Síria. A fronteira leste da Terra de Israel não deve ser demarcada de forma precisa [...] À medida que o impacto destrutivo do deserto diminuir [...] as fronteiras da Terra a leste serão desviadas para o leste, e a área da Terra de Israelense expandirá.

Apesar do desejo de delimitar o território judeu ultrapassando o Mar Morto e o Mar da Galileia, o governo britânico definiu o limite até anterior a Transjordânia, o que causou decepção ao lobby judeu. O senso em comum entre os influenciadores judeus era de que era melhor conseguir um pequeno Estado judaico naquele momento do que arriscar o que já havia sido alcançado por meio da colonização.

A estreita cooperação militar e diplomática com os governantes britânicos permitia reprimir a rebelião da população local, para a construção de novas casas. A colonização no território palestino em 1880 eram uma mistura de judeus tradicionais e

homens e mulheres jovens saturados do populismo radical predominante na Rússia da época.

A concepção dos judeus europeus que chegavam era para romper o “Exílio Judeu” e recuperar a terra ancestral como uma terra desolada que integrava o processo de redenção. A colonização judaica da década de 1880 começou como uma mistura do modelo de plantio e do modelo puro.

Os primeiros “moshavot” (hebraico para “colônias”, e nome dos primeiros assentamentos estabelecidos na Palestina), de início, foram forçados a contar com a população local (SAND, 2014). O processo de assentamento sionista lembrou várias fases da colonização europeia da Argélia, que já estava em andamento nesse período.

O kibutz – o coroamento da redenção da terra – produto que promovia o idealismo igualitário que os jovens colonos traziam da Rússia. O kibutz sempre obteve uma minoria bem seletiva da população judaica e basicamente era uma forma de socialismo sionista que funcionou como um dos mecanismos mais efetivos para a manutenção de uma sociedade colonizadora pura, não só por meio de suas práticas exclusivas, mas também como um modelo moral para a sociedade como um todo. Sob nenhuma circunstância um árabe podia entrar para um kibutz e caso um kibutz desejasse se casar com um judeu palestino (fora do kibutz), deveria abandonar a região (SAND, 2014).

4.6 A GRANDE NAKBA

Até 1967, antes da guerra dos seis dias, o Kibutz usufruía da mão de obra palestina para construir os assentamentos, mas ao mesmo tempo, tentava erradicar a dependência da mão de obra árabe, através da política segregacionista com o slogan de “trabalho hebreu” (avoda ivrit). A criação de cooperativas judaicas que prestassem serviços somente para judeus e a criação de assentamentos para judeus, fortaleceu a cultura de segregação em todos os setores produtivos de uma forma intencional (SAID, 1992).

É importante lembrar que a esquerda judaica era diferente da esquerda europeia caracterizada pelo conflito entre capital e trabalhador. Essa esquerda era voltada para o desafio de uma colônia se tornar independente através da terra.

A característica econômica da Palestina relembra o modelo feudal no qual se tinha um proprietário de várias regiões, cada uma com seus colonos que produziam e viviam ali. Quando o movimento sionista comprou essas terras, teve um grande movimento de desapropriação desses colonos. Esse período que foi de 1850 a 1950 foi caracterizado por uma reforma agrária intensa, no qual o território de poucos passou se para muitos, porém ao custo da expulsão de produtores palestinos (SAID,1992).

Estima-se que existiam aproximadamente 291 assentamentos agrícolas judaicos na região. Após a Resolução de 1947 em meio ao fim da Segunda Guerra Mundial, se tornou confortável aos europeus enviar judeus para o território no Oriente Médio e logo então, as ondas de imigração aumentaram significativamente resultando numa população judaica de aproximadamente 630 mil para 1,30 milhão de palestinos (SAID,1992).

A Nakba foi o grande êxodo palestino decorrente da grande primeira revolta árabe em 1948. Mais de 400 aldeias foram destruídas e perto de 700 mil palestinos se tornaram refugiados sem teto (o dobro que a população judaica na região) (SAID,1992).

Existe um debate se o êxodo foi feito através da violência ou se foi uma fuga, o fato é a que deve permanecer a premissa ética fundamental de que as famílias foragidas possuem o direito humano básico de retornar para suas casas uma vez cessada a guerra, no entanto, isso não ocorreu. Todavia, é sabido que após 1949, Israel determinou proibido o retorno dos refugiados palestinos (SAID,1992).

Em contrapartida, Israel imediatamente aprovou em seu parlamento a Lei do Retorno de 1950, no qual permitia qualquer pessoa que provasse ser judeu ao redor do mundo, de emigrar a Israel. Os territórios recém invadidos foram anexados e não devolvidos, rompendo a recomendação das Nações Unidas. Também, 100 mil palestinos retornaram ao lar aproximadamente, sendo que estes foram obrigados a se tornarem cidadãos israelenses, devido a ordens das Nações Unidas, porém com direitos segregados aos demais. Foram isolados a determinados assentamentos no qual só poderiam sair após receber autorização dos militares. Os direitos fundamentais do Estado de Israel, não eram para todos os cidadãos, mesmo após a cidadania, eram segregados aos demais. Com a grande Nakba, os kibutzim apoderaram-se espontaneamente dos campos abandonados de seus antigos vizinhos árabes.

A Grande Revolta Árabe que perdurou entre 1936 e 1939 foi o grande incentivador do Nakba. Foi uma resposta ao aumento do influxo de imigrantes judeus na Palestina e à política britânica favorável aos sionistas (SAID,1992). Os líderes árabes, incluindo o Mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini, convocaram uma greve geral e manifestações

em todo o país, que logo se transformaram em uma revolta armada. Em 1939, os britânicos publicaram um Livro Branco que propunha restrições significativas à imigração judaica e à compra de terras por judeus na Palestina. Isso marcou o fim da revolta, já que muitos líderes árabes consideraram as concessões britânicas satisfatórias. A Revolta Árabe enfraqueceu os movimentos nacionalistas árabes na Palestina e teve implicações de longo prazo para o futuro da região.

5. CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PALESTINA

5.1 A IDENTIDADE NACIONAL PALESTINA E A CRIAÇÃO DA OLP

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) é uma entidade política que desempenha um papel fundamental na luta pela autodeterminação do povo palestino. Foi fundada antes da ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1964 (SAID,1992). O contexto em que a OLP surge é de grande conflito regional entre os países do Oriente Médio e Israel desde 1936.

O movimento de resistência AL Fatah surgiu em 1965 com um pequeno ataque a Israel. Desde então, aumentaram-se o número de organizações militares palestinas. Após a guerra de 1967, o movimento palestino se afastou do alinhamento árabe. Os palestinos tiveram apoio do exército jordaniano para defender Karameh. A batalha trouxe algumas perdas para Israel. Existia uma oscilação de movimentos em prol da libertação palestina e outros em prol da independência e reconhecimento nacional. A OLP administrava o Estado não oficial enquanto o oficial conflitava em alguns assuntos nacionais com a organização. A política palestina foi conduzida por diversos movimentos e organizações como o Fatah, a Saiqa (patrocinado pela Síria) e organizações menores (SAID,1992).

O maior grupo representativo da Palestina é o Fatah, representado por Yasser Arafat, baseado no modelo nasserista, embora o Fatah tenha optado por uma posição mais pragmática em relação a política dos demais países árabes. O Fatah se alinhou com a corrente de Gamal Abdel Nasser, um progressista islâmico sunita.

Diferentemente da Frente Democrática Popular, que exigia uma união entre os países árabes para retomar a Palestina através de uma Revolução, o Fatah sempre adotou posturas mais pragmáticas e estrategistas. A Frente Democrática também possuía uma postura mais rejeicionista a Declaração Balfour, se assemelhando a outros movimentos de resistência, alguns financiados pela Líbia e pelo Iraque.

Para alguns críticos, a OLP é um movimento mero militarista que tende mais a acomodação do que ao conflito (SAID,1992). Num período pós Karameh, a visão do

movimento palestino oscilou entre visão revolucionária e manobra nacionalista. Apesar de sua expulsão da Jordânia, a OLP ressurgiu com maior poder militar na região.

Após a derrota de 1967, tornou-se óbvio para os países do oriente médio que não venceriam a guerra contra Israel somente com armas. Sob essa ótica, Abdel Nasser faz uma transição política no Oriente Médio do posicionamento rejeicionista para o pragmático, induzindo o Oriente Médio a ter relações pragmáticas com o Ocidente antes de falecer. Isso traria consequências posteriormente com as crises na Jordânia e no Líbano em 1970 (SAID,1992). O presidente Sadat ofereceu em 1971 uma proposta de paz com Israel, reconhecimento de um Estado Palestino e retirada israelense.

Em 1974, as Nações Unidas reconhecem a OLP como representante oficial dos palestinos. A OLP possui como premissa evitar e condenar o terrorismo. Com muita frequência, ações de outros grupos no território como as bombas plantadas em Israel e na Cisjordânia são mostradas e evidenciadas na mídia internacional, enquanto o ataque israelense em 1970 em Maalot em um de campo refugiados palestinos, não foi divulgado (SAID,1992).

Sabe-se que a economia israelense utiliza a mão de obra árabe como instrumento colonialista. Atualmente, aproximadamente 100 mil árabes formam a mão de obra barata na região da Cis Jordânia (SAID,1992). Além da participação internacional, a OLP, por meio de suas afiliadas e organizações associadas, também esteve envolvida em questões trabalhistas, incluindo a defesa dos direitos dos trabalhadores palestinos. Isso pode envolver negociações com empregadores, ações para melhorar condições de trabalho e esforços para garantir salários justos. Também, desempenhou um papel na mobilização da juventude palestina, incentivando a participação em atividades produtivas, incluindo oportunidades de emprego e treinamento. A organização tem procurado envolver a juventude na construção do futuro palestino.

Além das negociações e representação internacional, a OLP também desempenhou um papel importante na mobilização popular e na resistência palestina. A organização tem raízes profundas na sociedade palestina e tem sido um catalisador para a unidade e a resistência contra a ocupação.

No entanto, é importante observar que a OLP também enfrentou críticas e desafios internos, incluindo divisões políticas internas entre diferentes facções palestinas. Essas divisões têm impactado a eficácia da OLP em certos momentos.

A instabilidade política, a ocupação, as divisões internas e outros fatores têm impactado a capacidade da OLP no fornecimento de oportunidades de emprego sustentáveis e melhorar as condições econômicas.

Em resumo, a OLP tem desempenhado um papel multifacetado em relação à mão de obra palestina, buscando melhorar as condições econômicas, defender os direitos dos trabalhadores e promover o desenvolvimento. No entanto, essa relação é influenciada por uma série de fatores, incluindo o contexto político e econômico mais amplo na região. Apesar dos esforços numa aproximação com o Ocidente, a OLP manteve uma relação um pouco distante da política norte-americana.

5.2 ESPAÇO, TERRITORIALIDADE E A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS

Para uma melhor compreensão sobre o conflito entre Israel e Palestina deve-se compreender o uso do território como fator legitimador da criação do Estado de Israel. A criação dos assentamentos e dos Kibutz constituíram-se por muitos anos como estratégia de fortalecimento da população judaica, ao mesmo tempo que causava segregação entre judeus e árabes na região.

Dentro do campo das relações internacionais, compreender o território, o espaço e a relação de poder nos permitem compreender como se consolidam os interesses nacionais de um Estado Nação. Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos discorre do ponto de vista de que o território se relaciona com o uso do espaço e que a consolidação do território se dá por uma dinâmica de poder (MILTON SANTOS, 2013). A perda do sentido da existência individual e coletiva pode ser uma das estratégias de dinâmica de poder que um Estado pode exercer sobre outro (MILTON SANTOS, 2013).

Enquanto forma de colonialismo que visa substituir uma população indígena, o colonialismo dos colonos israelitas na Cisjordânia manifesta-se em restrições ao movimento palestino, construção de colonatos, demolições de casas, violência e detenções (MILTON SANTOS, 2003).

Analisando pelo ponto de vista do direito israelense, qualquer pessoa ao redor do mundo que se intitule como judeu pode tentar obter a cidadania em Israel e viver em seu território gozando de todos os direitos do Estado como acesso a saúde, educação

e segurança, enquanto temos palestinos (muitos convertidos ao judaísmo) que vivem no território e não obtêm acesso e condições como os demais cidadãos da região. Essa tática utilizada pelo governo de Israel pode ser conceitualizada como uma forma de segregar o palestino e tornar uma relação horizontal. Nesse cenário, apesar dos palestinos conviverem com os judeus no mesmo espaço, as condições de trabalho, acesso à educação se tornam precárias e o palestino sempre terá dificuldades em encontrar segurança e pertencimento.

É importante lembrarmos que a origem do Estado Moderno se constitui como uma forma de contrato entre sociedade e Estado, no qual o Estado surge justamente com o objetivo de fornecer segurança e estabilidade para a população. No caso dos palestinos, a segurança é inexistente e a chance de uma ascensão social ou econômica torna-se praticamente nula, utilizando uma lógica semelhante com a de castas na Índia. Dessa forma, o empreendedorismo urbano junto a segregação de direitos fundamentais em Israel reproduz a lógica colonizadora de desvalorização, apagamento e substituição dos habitantes existentes da terra (MILTON SANTOS, 2013).

Shlaim no livro *The Iron Wall*, traz a narrativa da história do princípio do “muro de ferro”, uma ideia profundamente enraizada na psique israelita, em particular na classe política (SHLAIM, 2000). O conceito original foi desenvolvido num artigo de 1923 por Ze'ev Jabotinsky, o pai da direita israelita, e pode ser resumido como o apoio à construção de um muro de ferro figurativo da força militar judaica contra os árabes. As geografias imaginadas são projetadas para um espaço que é fantasiado como “vazio”, mas na verdade nunca é. Os palestinos, invisibilizados pelas reivindicações de uma suposta “terra sem povo para um povo sem terra” (*terra nullius*) (SHLAIM, 2000).

No colonialismo, grandes esforços são direcionados para a eliminação dos nativos e da geografia atual e para a manutenção da sua legitimidade é preciso constante reprodução de desvalorização, apagamento e substituição da identidade local. A ideia era que, uma vez construída a dissuasão militar, os judeus poderiam negociar a partir de uma dinâmica de força. A Muralha de Ferro argumenta que Israel escolheu consistentemente a opção militar em detrimento da diplomacia ao longo dos anos.

Dentro da política israelense, o único líder israelita que se aproximou desse campo da diplomacia foi Yitzhak Rabin, até ao seu assassinato pelas mãos de um extremista de direita em 1995.

Com a ascensão ao poder do direitoista Benjamin Netanyahu, que renegou o compromisso histórico que Rabin tinha alcançado com os palestinos e voltou à ação unilateral no Estado de Israel.

Segundo o autor deste livro, ao lidar com os árabes, e com os palestinos em particular, Israel perdeu todas as oportunidades de resolver o conflito de longa data pacificamente, pelo contrário, piorou a situação (SHLAIM, 2000). O autor afirmava que embora os palestinos tenham sofrido uma catástrofe, os judeus já haviam sofrido uma injustiça ainda maior: “Nas circunstâncias de 1948, após o sofrimento hediondo infligido aos judeus da Europa pela Alemanha nazista, era um fato inevitável que algo em uma escala titânica tinha que ser feito por eles e não havia nada titânico o suficiente, exceto a Palestina.” (SHLAIM, 2000).

Uma das principais críticas de Shlaim é dirigida às políticas expansionistas de Israel, especialmente em relação aos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias em 1967 (SHLAIM, 2000). Ele argumenta que a expansão contínua dos assentamentos na Cisjordânia comprometeu as perspectivas de uma solução de dois estados e aumentou as tensões na região.

5.3 O DIREITO CIVIL ISRAELENSE E A EXPATRIAÇÃO PALESTINA

Ainda discorrendo sobre a relação entre o espaço cívico palestino e o território, que limita os direitos fundamentais de organização e construção de movimentos sociais para mudar o status em que os palestinos vivem. A marginalização social dos palestinos contribui para fortalecer e perpetuar a longa história de resistência dos palestinos contra Israel.

Com a falta de adesão ao direito internacional, a negligência das resoluções da ONU por parte do governo israelita, as contínuas derrotas das organizações de direitos humanos nos tribunais israelitas e a repressão das instituições sediadas na Cisjordânia pela AP e pelas políticas de ocupação, os atos de subjugação palestinos não podem derrubar as atuais estruturas de poder. No entanto, a persistência contínua de intervenientes não estatais que reivindicam direitos, bem como o surgimento de novas iniciativas e movimentos juvenis são essenciais para reforçar a resiliência dos palestinos e documentar as injustiças atuais.

No colonialismo, os colonos não procuram apenas explorar a terra apropriada, mas também reinventar, substituir as pessoas e redesenhar as relações. O esvaziamento territorial no colonialismo justifica o discurso de ocupação de uma terra

vazia. As fronteiras também podem ser criadas através de regras jurídicas que podem legitimar ou não o pertencimento de um povo na região habitada.

No livro *The Iron Wall*, emprestado de um artigo de 1923 de Zeev (Vladimir), Jabotinsky, fundador do sionismo revisionista, o antecedente do atual Partido Likud, via a criação de uma base de poder sionista - política, diplomática e militar - como a única forma de convencer os árabes a desistirem dos seus esforços para obliterar a causa nacional judaica e a aceitarem um acordo negociado baseado em igualdade e respeito mútuos. No livro, Shlaim considera que Jabotinsky reconheceu os direitos nacionais palestinos, opôs-se categoricamente à sua expulsão da Palestina e foi receptivo a um acordo negociado baseado no respeito mútuo dos direitos nacionais e civis, uma vez que estes últimos desistiram da esperança de destruir o nacionalismo judaico (SHLAIM, 2000).

Com a grande Nakba, milhares de palestinos foram deslocados de suas terras durante a guerra árabe-israelense de 1948-1949, resultando em uma população significativa de refugiados palestinos. Isso teve um impacto profundo nas comunidades palestinas, com muitos perdendo suas casas e propriedades (SHLAIM, 2000).

Ao longo dos anos, os palestinos enfrentaram restrições significativas em termos de movimento e acesso a várias áreas, especialmente devido à construção de assentamentos israelenses e à construção de barreiras de segurança. Isso afeta a liberdade de circulação, o acesso a recursos e a capacidade de desenvolvimento econômico nas áreas palestinas. Muitos consideram esses assentamentos ilegais sob o direito internacional e veem sua expansão como um obstáculo significativo para a viabilidade de um futuro Estado Palestino. A principal base jurídica para considerar os assentamentos como ilegais é a Quarta Convenção de Genebra, que trata da proteção de pessoas civis em tempos de guerra. De acordo com o Artigo 49 da Quarta Convenção de Genebra, é proibida a transferência de uma população civil para territórios ocupados pelo poder que ocupa. Este artigo estabelece explicitamente que: "Artigo 49: As Partes Contratantes não poderão transferir partes de sua própria população civil para o território que ocupam."

A construção dos assentamentos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza iniciaram-se após a Guerra dos Seis Dias em 1967. A comunidade internacional, incluindo a ONU, tem condenado consistentemente essas construções como violações do direito internacional. Algumas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, como a Resolução 242, e a Resolução 338, têm enfatizado a ilegalidade dos assentamentos e instaram Israel a cessar suas atividades de construção nos territórios ocupados.

Além disso, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) emitiu uma opinião consultiva em 2004 afirmando que a construção de assentamentos em territórios

palestinos ocupados viola o direito internacional. Apesar da condenação da comunidade internacional, Israel insistiu na construção dos assentamentos e na manutenção destes.

A Lei do Retorno foi implementada após a Grande Nakba na Palestina, no qual Israel concede o direito automático de imigração e cidadania a judeus de todo o mundo. Isso foi um fator de controvérsia, já que os palestinos que foram deslocados em 1948 e seus descendentes não têm o mesmo direito de retorno às terras que perderam.

Observando outros direitos civis em Israel, os palestinos que vivem em Gaza e na Cisjordânia, sob diferentes formas de controle israelense, enfrentam restrições significativas em termos de movimento, acesso a recursos e condições econômicas. A presença de bloqueios, barreiras e checkpoints muitas vezes dificulta o acesso a serviços básicos e o desenvolvimento social e econômico da população. Existem perspectivas diferentes sobre a extensão da discriminação e das violações dos direitos civis aos palestinos, com alguns argumentando que as políticas em questão são necessárias por razões de segurança nacional, enquanto outros as consideram discriminatórias e políticas de segregação ou apartheid (SHLAIM, 2000). O termo "apartheid" tem suas raízes no contexto sul-africano, onde foi oficialmente implementado como política de segregação racial entre 1948 e 1994. A palavra em africâner significa "separação" ou "vida separada".

O termo "apartheid" também é usado de maneira mais ampla para descrever políticas ou sistemas que envolvem segregação e discriminação sistemáticas com base em características como raça, etnia ou origem nacional. Desta forma, quando se fala sobre o conflito Israel-Palestina alguns especialistas usam o termo "apartheid" para descrever políticas que, na opinião deles, resultam em uma discriminação sistemática contra os palestinos. É importante analisar que as políticas do apartheid visam restringir a liberdade de circulação de determinadas pessoas, assim como o acesso a educação, saúde e direitos fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que é um documento que estabelece uma série de direitos e liberdades fundamentais incluindo direitos como liberdade de expressão, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, entre outros. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) elaborado em 1966, também aborda direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho, educação, saúde e padrão de vida adequado.

Entre 2019 e o início de 2022, mais de 15 ONG's de direitos humanos apresentaram acusações contra Israel relativamente à presença de sinais de apartheid tanto no território do Estado de Israel como nos territórios ocupados. Com base em documentos de direito internacional (a Convenção Internacional contra o Crime de Apartheid e o Estatuto de Roma), ONGs (nacionais e internacionais) apresentaram em

vários relatórios porque a realidade em que vive o povo palestino deveria ser chamada de apartheid. Embora o termo “apartheid” não tenha referência geográfica, a sua utilização para sistemas estabelecidos fora da África do Sul é muito rara e altamente controversa.

A discriminação racial é um elemento de análise dos direitos humanos (DIDH), cujo objeto é a garantia da dignidade humana. Este conceito, que já tem mais de um século, tornou-se parte do direito internacional, e em 1945, estando previsto no estatuto, que fundamentou o Tribunal de Nuremberg, criado para julgar as lideranças nazistas.

Em 1998, o Estatuto de Roma, base do Tribunal Penal Internacional (TPI), definiu os crimes contra a humanidade como atos criminosos “cometidos como parte de um ataque difundido ou sistemático e intencional, direcionado contra qualquer população civil”. Ao Tribunal Penal Internacional compete julgar esses crimes quando as autoridades nacionais (em geral, as próprias violadoras) fracassam ou se recusam a fazê-lo.

Em 2021, a Human Rights Watch definiu como políticas de apartheid: exploração da força de trabalho, perseguição da oposição, tortura, tratamentos cruéis ou degradantes, prisão arbitrária, impor condições de vida visando à destruição física de todo ou de partes, expropriação de propriedade fundiária, criação de reservas separadas e guetos e negação de direitos básicos multidimensionais (como à vida, integridade física e mental, privação de liberdades fundamentais, direitos econômicos e sociais, deixar e retornar a seu país e ter uma nacionalidade).

Analisando os atuais direitos civis em Israel, podemos compreender que os impactos destes podem ser profundos para a sobrevivência diária dos palestinos além de dificultar uma resolução do conflito na região.

6. CAPÍTULO III: ACORDOS DE PAZ DE CAMP DAVID E O ABANDONO PROGRESSIVO ÁRABE

Os Acordos de Camp David foram um marco significativo no contexto do conflito árabe-israelense. A guerra dos seis dias resultou na ocupação por Israel de territórios árabes, incluindo a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental e culminou ao acordo de Camp David posteriormente. As tensões regionais entre Israel e seus vizinhos acentuaram-se com a exploração de recursos hídricos na fronteira entre Síria e Israel e pelo aumento de atentados de guerrilheiros palestinos. A Síria possuía obras com objetivo de desviar a água do sistema de irrigação israelense.

É fundamental observar o papel dos Estados Unidos na mediação do conflito, através de Henry Kissinger na resolução do conflito. Apesar do governo norte-americano ter fornecido armas para os israelenses, em 1970 Israel não o foco principal dos interesses norte-americanos. O foco principal dos Estados Unidos norteava algumas questões como a Guerra do Vietnã, a América Latina e a Guerra Fria. Além disso, o conflito entre Egito, Líbano e Israel se fortalecia a cada momento, causando tensões regionais. Os Estados Unidos não poderiam tolerar uma derrota israelense nesse momento, pois seria a derrota de mais um país armado pelos Estados Unidos por países armados pela URSS, que traria consequências para o poder hegemônico americano (FELDBERG, 2007).

Outro ponto seria o desequilíbrio da balança no Oriente Médio, que daria forças para a URSS como aliado dos países árabes. As relações entre Estados Unidos e Israel fortaleceram-se no governo Truman, que acreditava que as ações do Holocausto deveriam ser compensadas de alguma forma. Porém, na década de 60 Israel passa a ser visto como um empecilho para a política norte-americana se aproximar dos países árabes no Oriente Médio. Pode-se afirmar que a Guerra em 1967 altera a visão dos americanos em relação a Israel, passando a olhar para Israel como uma potência regional favorável para os interesses americanos, fazendo com que o investimento em tecnologia e armas tenha um aumento expressivo para Israel, assim como o apoio diplomático (FELDBERG, 2007).

Em 1982, Israel realizou um cerco em Beirute, no Líbano, deixando a população sem água, alimentos e suprimentos médicos e com restrição de circulação. O Conselho de Segurança da ONU realizou uma resolução com o objetivo de finalizar o cerco, porém a medida foi vetada pelos Estados sob a justificativa de “desproporcionalidade”. Este

período foi caracterizado por um afastamento das instituições internacionais por parte dos Estados Unidos. Estima-se que nos anos 60-70 a ajuda financeira a Israel passou de 70 milhões de dólares para 5,1 bilhões de dólares anuais.

Utilizando um poder intervencionista no Oriente Médio, o presidente Carter teve protagonismo internacional nos Acordos de Camp David, com a resolução da devolução do Sinai ao Egito, e posteriormente com a invasão do Golfo (devido seus interesses em petróleo) e a conquista do Kuwait em 1991. Apesar da invasão ao Iraque e ao Kuwait e o Líbano, o governo norte americano não enfrentou nenhuma oposição de outro país no Oriente Médio. Sabe-se que após o acordo, Carter manteve comunicação aberta com a OLP em Beirute, além disso, Jimmy Carter foi o primeiro presidente norte americano a pronunciar o termo “pátria palestina” em 1977, reconhecendo sua autodeterminação.

Durante o acordo de Camp David, foi discutido antes e durante sobre a possibilidade de criar uma rota de autonomia para os palestinos, que levaria a um Estado Palestino no futuro, porém nada foi documentado ou formalizado em relação aos tópicos abordados.

Durante a assinatura do acordo, o ex-presidente do Egito Sadat não realizou nenhuma menção aos palestinos. Nos dias subsequentes a assinatura do acordo, Israel tinha engatilhados 70 novos assentamentos para fazer na Cisjordânia. Após a finalização do acordo, foi publicado uma reportagem que reportava inúmeras agressões e violações de direitos humanos como forma de repressão aos palestinos. A retórica de levar paz ao Oriente Médio parecia ser infundada, logo que o acordo de Camp David levou tudo, inclusive benefícios ao Egito (como a devolução do Sinai), menos paz para os palestinos (FELDBERG, 2007).

É importante observar o posicionamento do Egito através de Sadat, contra o Oriente Médio e a favor do Ocidente. Se os países do Oriente Médio não buscassem seus próprios interesses nacionais e não tivessem isolado os interesses palestinos, talvez o acordo de Camp David teria tido um real resultado de paz para o conflito entre os palestinos e Israel. Sadat prometeu reconhecer Israel e normalizar as relações com o país em troca de território. Alguns dos interesses nacionais do Egito era elevar seu hard power na região, tendo em vista que quanto mais próximo dos Estados Unidos, mais forte seria seu poder na região, enfraquecendo o poder de Israel e da Síria. Nesse período o Egito rompeu com a União Soviética para fortalecer os laços com o governo norte-americano. A Jordânia possuía interesses em anexação do território que tivesse população árabe somente, mas nenhum interesse significativo com o reconhecimento

de uma pátria palestina. Tanto o Egito como a Arabia Saudita se viam em uma situação delicada, de resolver o nacionalismo árabe que teve grande força no Líbano. Após 1975, o Egito e a Síria afastaram suas relações, devido ao posicionamento pró Ocidente do Egito.

A ausência de críticas sobre a ocupação ilegal israelense, durante os Acordos de Camp David e a falta de uma resolução real para esse e outros problemas palestinos, fez com que a população palestina e jordaniana fizesse protestos (SAID, 1992). Segundo as cláusulas acordadas em Camp David, Israel tem o direito de combater qualquer “subversão” ou qualquer política que podia promover o Estado palestino. No livro A Questão da Palestina, Edward Said aborda:

A uma parte do povo palestino (menos de um terço do total) foi prometida uma parte de seus direitos (excluindo o direito nacional à autodeterminação e à soberania) em uma parte de sua terra natal (menos de um quinto da área total); e essa promessa deve ser cumprida daqui a muitos anos, por um processo em etapas, no qual Israel terá poder de veto sobre qualquer acordo. Além disso, a vasta maioria de palestinos está condenada à perda permanente de sua identidade nacional palestina, ao exílio permanente e à condição de apátrida, à separação permanente entre eles e a Palestina – a uma vida sem esperança ou sentido nacional.

Portanto, os Acordos de Camp David foram significativos, mas a paz abrangente no Oriente Médio ainda não foi alcançada, e as questões relacionadas à Palestina continuaram a ser uma fonte persistente de tensões na região (SAID, 1992).

6.1 ARAFAT E SUA IMPORTÂNCIA NOS ACORDOS DE OSLO

O papel de Yasser Arafat na política palestina foi multifacetado, refletindo os desafios e as mudanças significativas no cenário do Oriente Médio ao longo de sua liderança. Arafat desempenhou um papel fundamental na fundação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1964 e no incentivo da liberdade e reconhecimento internacional da Palestina. Entre 1960 e 1970, a OLP, liderada por Arafat, adotou ações militares e guerrilheiras contra Israel em busca de objetivos políticos e territoriais. Arafat também esteve envolvido nas negociações de paz que culminaram nos Acordos de Oslo (SAID, 1992), que em sua maioria foram encontros secretos com os representantes dos Estados Unidos e Israel. Em 1993, ele e o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin apertaram as mãos em um gesto simbólico de reconciliação diplomática.

Após a Guerra dos Seis dias, ficou evidente a importância do Fatah e do movimento pró libertação para os palestinos. Ahmad Shuqayri foi a primeira liderança da OLP e resignou do cargo. (SAID, 1992). A OLP percebeu a importância de Arafat no Fatah e o convidou para ser o novo líder da organização.

Com a nova reestruturação, a OLP passa a ter novos pilares: a independência de uma Palestina a parte da identidade árabe e a resistência como dinâmica de poder que levaria à libertação. Apesar dessa posição, Arafat valorizou mais tarde a diplomacia internacional e fez esforços na divulgação de uma OLP mediadora de conflitos. Arafat compõe os membros da OLP com pessoas de diversos grupos sociais. Apesar disso, Arafat exercia total controle sobre todos os órgãos administrativos da OLP e possuía controle no resultado das votações e resoluções (SCALERCIO, 2003).

Durante a década de 70, a OLP mantinha suas bases em vários países árabes, o que desencadeou em alguns atritos na Jordânia, pois seus guerrilheiros se comportavam de forma autoritária com a população local. (SAID, 1992). Nesse momento, algumas tropas da OLP tiveram de migrar para a Tunísia e posteriormente para outros lugares.

Havia um medo por parte de Arafat, de que os investimentos da OLP fossem desviados para a criação de outra organização pró palestina, sendo assim, ele limitava e controlava os recursos a mão de ferro. A OLP possuía conflitos com grupos como o Hamas, que tinha uma abordagem diferente em relação à resistência e negociações com Israel (SCALERCIO, 2003).

Podemos analisar a dinâmica entre o centro (representado por Arafat e a liderança central da Organização para a Libertação da Palestina - OLP) e a periferia (que poderia incluir diferentes grupos, facções e regiões palestinas). Alguns desafios cercavam a OLP, como divergências políticas, ideológicas e estratégicas dentro da sociedade palestina, envolvendo diferentes facções, grupos e regiões.

A primeira Intifada ocorreu nos anos 90, devido a uma crescente insatisfação entre os palestinos em relação à ocupação israelense, políticas de assentamento, restrições de movimento e outros aspectos da vida sob ocupação (SAID, 1992). O estopim da Primeira Intifada foi quando um acidente de trânsito em Gaza envolvendo um veículo israelense e um carro palestino resultou na morte de quatro palestinos. Isso desencadeou protestos e manifestações generalizadas por parte da população, o que causou medo por parte dos policiais israelenses. No conflito, também ficou evidente o problema da posse de recursos hídricos, pois na época aproximadamente 40% da água de Israel tinha origem dos territórios ocupados por palestinos (SCALERCIO, 2003). Em resposta à Intifada, Israel implementou medidas de segurança rigorosas, incluindo toques de recolher, demolição de casas, expulsões e detenções. Durante a Intifada, grupos de resistência palestinos, incluindo o Hamas, ganharam protagonismo. O Hamas foi estabelecido em parte como uma resposta à Intifada e à crescente insatisfação, na verdade, o Hamas (fundado em 1988 por Ahmed Yassin) surgiu com a Primeira Intifada (SCALERCIO, 2003). No início, o Hamas teve apoio por parte dos militares israelenses, que o viam como um grupo com potencial de enfraquecer o nacionalismo da OLP, que era vista como um inimigo. Além disso, o Hamas não utilizaria armas para o controle na região e atuaria somente com a aprovação dos militares de Israel (SCALERCIO, 2003). Rabin havia autorizado a ordem para os soldados israelenses seguirem com neutralização através da repressão utilizando a frase “quebrassem os ossos deles”, no caso, se referia a quem protestasse contra Israel (SCALERCIO, 2003). A grande ironia desse acontecimento foi que após os encontros de Oslo, muitos jornalistas se referiam a Rabin como um pacifista, o termo não se encaixava muito bem ao perfil de Rabin que foi miliciano e militar durante sua vida. As autoridades israelenses receberam ordem de atirar em adolescentes e crianças, com a justificativa de que os palestinos estavam usando crianças como escudo. Em decorrência disso, alguns soldados israelenses se recusaram a atirar em crianças e apresentaram declínio de serviço militar em território ocupado por palestinos (SCALERCIO, 2003).

Outro ponto a ser notado, durante a Primeira Intifada, a opinião de muitos especialistas e políticos israelenses de não consideravam a possibilidade dos países

árabes se envolverem no conflito. Em boa parte, eles tinham razão, pois o principal aliado dos países árabes, a URSS estava enfraquecendo, principalmente após ao fracasso da invasão ao Afeganistão. Portanto, para os árabes, se posicionar num conflito armado contra Israel e seu principal aliado (EUA), que se fortalecia como potência, significaria em derrota para os árabes (SCALERCIO, 2003).

Já a Segunda Intifada, também conhecida como a "Al-Aqsa Intifada", foi um período de intensos conflitos entre palestinos e israelenses que começou no final de setembro de 2000 (SAID, 1992). O nome "Al-Aqsa" refere-se à Mesquita Al-Aqsa em Jerusalém, um local sagrado para muçulmanos, e o termo "Intifada" significa "levante" em árabe. A Segunda Intifada foi marcada por uma escalada significativa de violência, incluindo ataques suicidas palestinos e respostas militares israelenses, muitos deles conduzidos por grupos como o Hamas e a Jihad Islâmica. Esses ataques visavam a áreas civis e provocaram muitas vítimas. A Intifada também contribuiu para divisões políticas internas entre os palestinos, com diferenças de abordagem entre a Autoridade Palestina liderada por Yasser Arafat e grupos militantes como o Hamas. Se na Primeira Intifada houve um incentivo ao Hamas por parte de Israel, essa posição se altera na Segunda Intifada, quando o Hamas se posiciona fielmente contra Israel, utilizando sequestros a soldados e civis, assim como assassinatos. O aumento de seguidores do Hamas cresce exponencialmente, assim como seguidores da Jihad Islâmica (SCALERCIO, 2003).

Tanto a Primeira Intifada quanto a Segunda Intifada não foram suficientes para paralisar a colonização judaica por meio dos assentamentos. Israel continuou acrescentando assentamentos nas regiões ocupadas e construindo estradas e postos de vigilância, com objetivo de fornecer segurança aos colonos judeus.

Em 1988, o Conselho Nacional Palestino declara aceitação das Resoluções 242 e 338 da ONU. Arafat tenta se aproximar dos Estados Unidos e o governo responde que auxiliaria a OLP em uma mediação se a OLP renunciasse oficialmente todas as formas de terrorismo contra Israel. O ponto em questão seria compreender o que era conceituado como terrorismo para Israel e Estados Unidos, pois qualquer forma de resistência a violações físicas, morais e de propriedade eram vistas até então como "terrorismo" por parte da OLP. Rabin elaborou um plano de apaziguamento da Intifada, aceitando apenas a Jordânia como representante oficial e não a OLP, não colocando em pauta a questão dos assentamentos já ocupados e dos futuros assentamentos e não abordou a retirada do controle do território palestino por soldados israelenses.

Durante o processo de paz de Oslo, que levou aos Acordos de Oslo nos anos 1990, Arafat enfrentou desafios na implementação desses acordos. Alguns grupos e indivíduos na periferia se opuseram às concessões feitas e ao reconhecimento de Israel.

Os acordos em Oslo foram uma tentativa de aproximação entre judeus e palestinos, sendo representados por Yasser Arafat. Arafat condenou o uso do terrorismo como meio de resistência e mostrou estar disposto a cooperar junto a Rabin, para uma cooperação diplomática do conflito. Nesse momento, Israel não garante segurança nem liberdade aos palestinos, porém reconhece a OLP como representante oficial da Palestina. Em meio a isso, foi sugerido a criação de uma Autoridade Palestina, que viria representar a população palestina e por outro lado, assegurar que não haveria grupos terroristas infiltrados na Faixa de Gaza ou na Cisjordânia. A declaração oficial do acordo entre Arafat e Rabin, previa somente a criação de um Conselho Palestino, através de eleição popular na Cisjordânia, com objetivo de estruturar saúde, bem-estar, educação e turismo. Não obstante, o principal ponto de infortúnio dos palestinos, que estava relacionado a segurança por meio de um Estado Palestino e da recuperação das terras tomadas pelos assentamentos assim como a revisão dos refugiados, não esteve em pauta. É possível imaginar o descontentamento dos palestinos nesse momento.

Alguns tópicos como a questão dos assentamentos, os refugiados palestinos e a revisão da Lei do Retorno de Israel foram evitados por Rabin. Resumidamente, o Acordo favoreceu o reconhecimento da OLP e Arafat como seu representante local, a OLP reconhece Israel como Estado e garante que o terrorismo não viria por parte dos palestinos, porém, ao fim do acordo de Oslo, Arafat declina do acordo quando percebe que Israel não iria conceder nenhum direito significativo a segurança dos palestinos (SCALERCIO, 2003).

Algumas críticas poderiam ser feitas ao Arafat, como sua política isolacionista de que foi uma das razões da Segunda Intifada, no qual realizou algumas reuniões secretas, não consultando a sociedade Palestina e não defendendo na negociação o Estado da Palestina, abrindo várias concessões a Rabin como a dominação de Israel sobre o território da Palestina. Outra crítica a ser considerada, é que ao se aproximar somente dos problemas dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, Arafat se afastou dos problemas enfrentados pelos refugiados palestinos que não tinham o direito de regressar ao território, permitindo com que os palestinos em outros países árabes ficassem à mercê de grupos radicalistas e de um futuro incerto (SCALERCIO, 2003).

Pode-se concluir que o Acordo de Oslo serviu como uma oportunidade de destaque e protagonismo individual do Arafat, que mais tarde viria a ganhar um Nobel da Paz em 1994. No entanto, seu protagonismo não trouxe nenhum resultado efetivo para a segurança e libertação da causa palestina.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho conclui que a questão da libertação do povo palestino é um tema demasiadamente complexo, no qual não existe somente um fator que dificulta a criação do Estado Palestino. A colonização judaica se traduz em uma continuidade da colonização europeia e suas consequências no Oriente Médio. O Holocausto e o domínio britânico no território da Palestina viabilizaram a segurança para a comunidade judaica (uma espécie de compensação aos danos causados) e a oportunidade de exclusão da comunidade judaica na Europa, que por ora, nunca foi considerada parte da identidade da Europa através da história.

Assim como todas as colonizações ocorreram através da imposição da violência, da invasão e do medo aos nativos, não seria diferente com os palestinos. A violência aos palestinos sempre foi tolerada pela comunidade internacional, seja no início pelo mandato britânico, seja posteriormente pelos demais países, incluindo os países árabes. É importante ter como óbvio, que nas relações internacionais as ações e posicionamentos ocorrem em razão dos interesses e é sua manutenção ocorre através das trocas. Como então, a população palestina poderia ganhar uma guerra com o principal aliado da maior potência global, sem oferecer nenhum recurso ou benefício a outro país como aliado?

Apesar da resistência notável por parte da população palestina, da incansável luta em sobreviver em meio aos assentamentos e a precariedade humana da Faixa de Gaza, a causa palestina avançou dentro de suas possibilidades reais, como o surgimento do Fatah e da OLP, que tiveram papel fundamental no fortalecimento de uma identidade e causa palestina, dando esperança para a causa.

O abandono progressivo dos países árabes em relação a causa palestina, se deu por levarem em consideração seus próprios interesses nacionais, e com isso, alimentando as violações israelenses na região. Além disso, a política isolacionista de Arafat na OLP, afastou a população palestina nos Acordos de Oslo, e fortaleceu a presença de grupos radicais como o Hamas.

É fato de que as concessões que a OLP realizou para Israel nunca serão suficientes para Israel reconhecer a existência de um Estado Palestino, pois isso romperia a justificativa da ocupação de uma “terra vazia”.

O ciclo de violência que a comunidade judaica sofreu durante o Holocausto, se reproduz com os palestinos. Ao analisar essa perspectiva, a tendência é de que as crianças e os sobreviventes de violações de direitos humanos na Faixa de Gaza, irão

continuar reproduzindo essa violência, seja através do incentivo do Hamas na região, seja por parte das baixas condições de vida e de marginalização no Oriente Médio.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

SCALERCIO, MARCIO. **O ORIENTE MÉDIO**. [S. l.]: EDITORA CAMPUS, 2003.

SAID, EDWARD W. **A QUESTÃO DA PALESTINA**. [S. l.]: UNESP, 1992.

FELDBERG, SAMUEL. **Estados Unidos e Israel uma aliança em questão**. [S. l.]: HUCITEC, 2008.

SAND, Shlomo. **A INVENÇÃO DA TERRA DE ISRAEL**. [S. l.]: SARAIVA, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **A ERA DOS IMPÉRIOS**. [S. l.]: PAZ E TERRA, 2009.

PERRY, MARVIN. **Civilização ocidental: Uma história concisa**. [S. l.: s. n.], 2002.

SHLAIM, Avi. **THE IRON WALL**. [S. l.]: W.W NORTON E COMPANY, 2014.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **THE ISRAEL LOBBY AND U.S FOREIGN POLICY**. [S. l.: s. n.], 2007.

Websites

PALESTINE. [S. l.], 25 out. 2018. **Disponível em:** <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution#:~:text=Definitions%20of%20Apartheid%20and%20Persecution&text=The%20Apartheid%20Convention%20defines%20the,persons%20and%20systematic%20oppressing%20them.%E2%80%9D>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PALESTINE REFUGEES. [S. l.], 7 ago. 2023. **Disponível em:** <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>. Acesso em: 11 set. 2023.

PALESTINE. *In*: J. MARK, Joshua. **Palestine World History**. [S. l.], 25 out. 2018. **Disponível em:** <https://www.worldhistory.org/palestine/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PALESTINIAN Oral History Archive. *In*: **Palestinian Oral History Archive**. [S. l.]: AMERICAN UNIVERSITY OF BEIRUT, 11 set. 2023. **Disponível em:** <https://libraries.aub.edu.lb/poha/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ALBRIGHT, William Foxwell; BICKERTON, Ian J.; MARTIN JONES, Arnold Hugh. **Palestine**. [S. l.], 26 jul. 1999. **Disponível em:** <https://www.britannica.com/place/Palestine>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Mark, Joshua J.. " **Palestina** ." *Enciclopédia de História Mundial* . Última modificação em 25 de outubro de 2018. <https://www.worldhistory.org/palestine/>.

BALFOUR Declaration 1917. [S. l.]: YALE LAW SCHOOL, 4 jan. 2021. **Disponível em:** https://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp. Acesso em: 10 abr. 2023.

The Journal of Economic History , Volume 82 , Edição 4 , dezembro de 2022 , pp
DOI: <https://doi.org/10.1017/S002205072200033X>

Artigos

DANILEVICZ PEREIRA, Analúcia; KANTER, Marcelo. As quatro estações do conflito Israel-Palestina. **Ciências & Letras**, [S. l.], p. 81-100, 10 jun. 2012.

Yahav, Dan. A vida cultural e econômica e Jaffa antes da Nakba (1948).

Santos, Milton. **O retorno do território**. Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282